

31/10/98  
4:16  
A-12

AMBIENTE

## Norma sobre mogno pode provocar demissão em massa

*Ameaça foi feita por empresários do sul do Pará, descontentes com as proibições impostas*

EDSON LUIZ

**B**RASÍLIA – A instrução normativa do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) proibindo a exploração, transporte e venda de mogno no sul do Pará já teve suas primeiras reações contrárias. Ontem, o presidente do Sindicato das Indústrias do Sul do Pará, João Francisco de Lima, ameaçou iniciar na próxima semana uma demissão em massa no setor, que hoje emprega cerca de 4 mil funcionários e beneficia outras 40 mil pessoas de forma indireta. O presidente do Ibama, Eduardo Martins, confirmou que manterá a instrução em vigor até que se faça uma inspeção geral nas indústrias.

Segundo fontes do Ibama, a proibição foi feita para que o instituto faça um levantamento das madeiras existentes nos pátios das empresas de exploração e exportação de mogno, já que existe uma suspeita de que muitas estão sendo retiradas de

área indígena e vendidas de forma irregular, utilizando documentação fria. Eduardo Martins disse que a proibição da retirada do mogno não tem prazo para terminar. “Estamos fazendo a inspeção para verificar a procedência da madeira”, afirmou.

**Prejuízo** – Segundo Lima, a paralisação nas atividades do setor poderá causar um grande prejuízo para os municípios que vivem da exploração da madeira. “Podemos começar a demitir na semana que vem”, afirmou Lima. “Não só o comércio de madeira, mas também os comerciantes de uma forma geral serão prejudicados, pois também vivem do movimento das madeiras.”

O presidente do sindicato assinalou que nem mesmo os escritórios do Ibama na região foram avisados da instrução normativa. “Ninguém foi informado sobre isso”, afirma Lima. O documento do Ibama foi publicado sem alarde no *Diário Oficial* da União justamente para não chamar a atenção dos empresários do sul do Pará, segundo confirmaram fontes do instituto. Há cerca de dois meses, o Ibama e a Polícia Federal fizeram uma operação na região que detectou a retirada ilegal de madeira de área indígena.